



**UNIDOS
PELO
BRASIL**

SUMÁRIO

Unidos pelo Brasil.....	4
Quem somos.....	7
Contexto.....	8
Propostas para o Brasil voltar a crescer.....	10
Impacto das propostas.....	24
Fique de olho.....	26

Unidos pelo Brasil



O Brasil é maior que a pandemia da Covid-19 que já matou milhares de brasileiros. O Brasil é maior que a pandemia política que vem debilitando a democracia, disseminando o ódio e insuflando o radicalismo.

O Brasil é maior que as lideranças que não têm coragem de reformar o Estado e colaboram para perpetuar a desigualdade social num dos países mais desiguais do mundo.

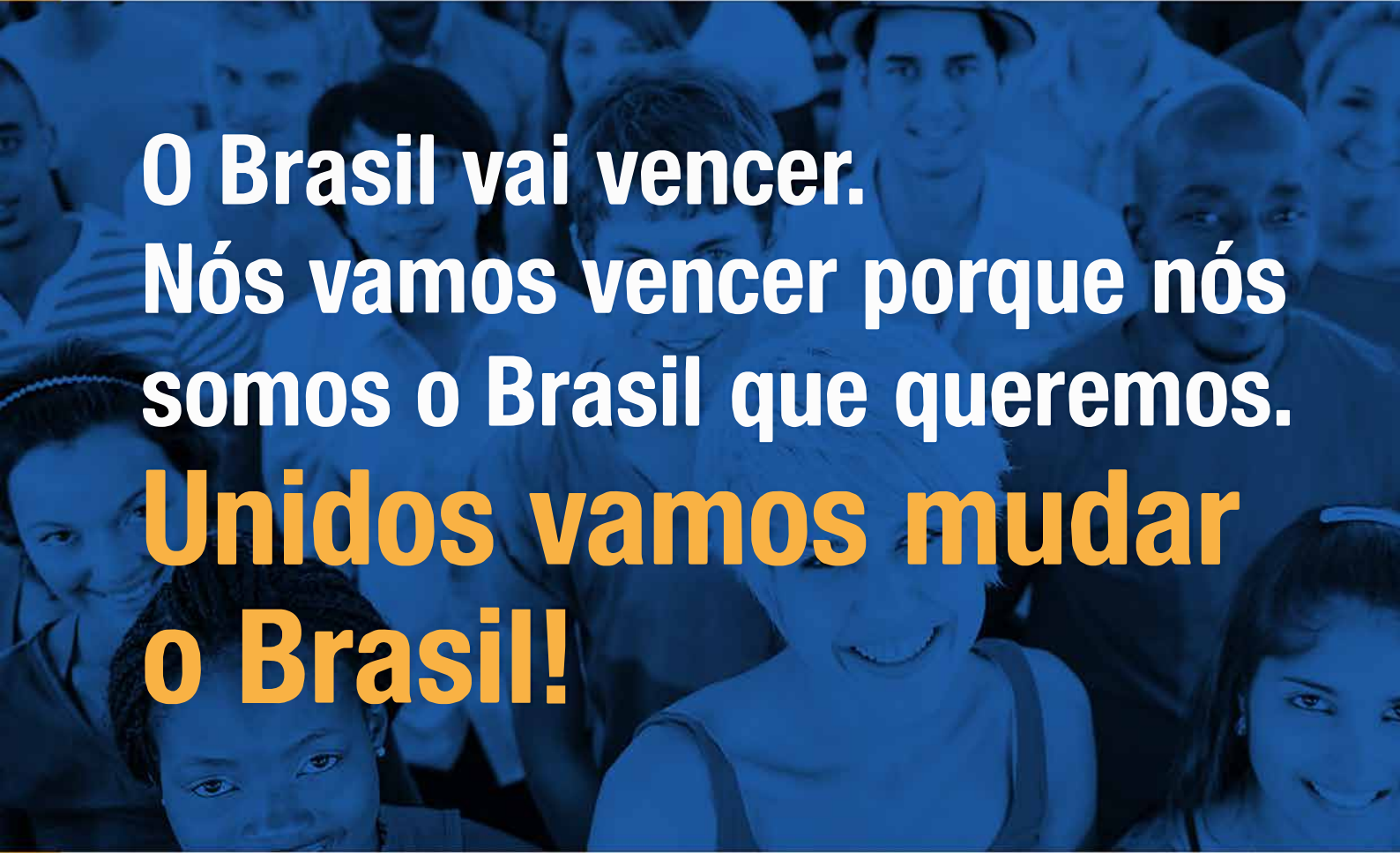
O Brasil é maior que a pandemia econômica que vem minando a confiança dos investidores num país que precisa voltar a crescer, prosperar e gerar empregos.

O Brasil é maior que tudo isso porque, juntos, temos o poder de enfrentar as grandes dificuldades e superar qualquer desafio. A nossa força está na nossa união em torno de valores, princípios e propostas que transcendam as divergências políticas e partidárias que têm nos separado.

A nossa força está na união de esforços para lutarmos por uma agenda fundamental para ajudar a resgatar o Brasil da crise política e econômica que vem dilacerando empregos, renda e negócios, agravando as injustiças sociais e aprofundando a desigualdade de oportunidade porque a educação nunca teve a prioridade que precisa ter. A nossa força está na nossa união em mobilizar a sociedade para fortalecer a democracia e fazer o Brasil voltar a crescer, gerar empregos, atrair investimentos privado e garantir uma vida digna a todos os brasileiros.

O resultado da união de esforços é um só: vencer! Vencer a desigualdade, vencer o populismo, vencer o atraso, vencer o ódio, vencer as fakenews, vencer as diferenças, vencer o preconceito. Esses movimentos se unem para Vencer. Agenda Vencedora!

Nosso objetivo é mobilizar a sociedade civil, o governo e o Congresso para aprovarmos a Agenda Vencedora até dezembro de 2020. Chega de discurso. Chega de promessa. Chega de populismo. A confiança e a esperança dos brasileiros no país e a credibilidade internacional do Brasil só serão restauradas com a entrega concreta de resultados. Por isso, vamos lutar por uma Agenda Vencedora para o Brasil voltar a crescer, gerar empregos, atrair investimentos, reduzir a desigualdade social e conciliar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.



**O Brasil vai vencer.
Nós vamos vencer porque nós
somos o Brasil que queremos.
Unidos vamos mudar
o Brasil!**

Quem somos



O CLP - LIDERANÇA PÚBLICA

O CLP - Liderança Pública é uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil. Há 12 anos, defende um Estado Democrático de Direito eficiente no uso de seus recursos e constituído sobre princípios republicanos.

Desde 2008, a organização já ultrapassou a marca de 1.000 cidades impactadas por projetos ou cursos; e tem mais de 300 pessoas na rede de líderes, que já alcançou 24 estados, diferentes partidos políticos e setores da administração pública. Seu trabalho já conquistou mudanças importantes para o desenvolvimento do País, como o fim da cláusula de barreira no sistema eleitoral, a aprovação da reforma da Previdência e do Novo Marco do Saneamento.

A partir de suas iniciativas online, o CLP - Liderança Pública já impactou mais de 3,5 milhões de pessoas com seus conteúdos. O Ranking de Competitividade dos Estados, ferramenta que reúne dados para auxiliar gestores públicos a diagnosticar problemas e elencar prioridades, já é utilizado por 20 estados.

Todo este impacto é resultado de uma estratégia em que o CLP - Liderança Pública identifica os problemas mais urgentes do Brasil e os principais atores e líderes públicos em posição de resolvê-los, desenvolvendo soluções em conjunto através de cursos, eventos, seminários e abordagens individuais para que por meio de indivíduos engajados e bem preparados seja possível a construção de um Estado melhor.

CONTEXTO

A pandemia de Covid-19, além de imenso estrago humano e social, também traz consequências gravíssimas para a economia mundial. No Brasil, seus reais impactos ainda são imprevisíveis: desemprego em nível recorde, fechamento de empresas e piora das contas públicas são características de um quadro econômico crítico que necessita soluções de curto prazo.

O efeito imediato na capacidade produtiva do país deverá implicar uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de pelo menos 5,3%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já a projeção do Banco Mundial estima uma queda ainda maior, de 8%.



A retomada econômica do Estado vai depender da efetividade das medidas que serão adotadas pelo governo nos próximos meses. Para concretizar esse objetivo, será preciso promover uma agenda focada na retomada do crescimento econômico, do emprego e do

investimento privado, com um caráter ainda mais profundo devido à vulnerável situação sócio econômica e fiscal na qual o país se encontra hoje.

Portanto, é vital a união em torno de propostas capazes de recuperar a capacidade produtiva da economia do Brasil, a começar pelo Novo Marco do Saneamento, aprovado pelo Senado Federal em votação histórica, por 65 votos a 13. O CLP - Liderança Pública se coloca nesse momento, como agregador de frentes e demandas, integrando agendas da sociedade, do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Neste documento, estão compiladas as pautas mais relevantes para o Brasil, pensando em uma **agenda positiva e pragmática de curto prazo, até o final de 2020**. São três pilares propostos a partir de um escopo de retomada de crescimento, com base em emprego e renda: **reformas estruturais** (administrativa e tributária), **combate às desigualdades** (renda básica e educação) e **crescimento sustentável** (saneamento básico, meio ambiente e segurança jurídica).

A partir dos três pilares mencionados, mapeamos com a ajuda de parceiros pelo menos 28 Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que, se aprovados pelo Congresso Nacional, podem recolocar a economia na rota de crescimento.

O Brasil nunca precisou tanto de pessoas sérias, competentes e dedicadas que estejam dispostas a trabalhar para melhorar a política, a gestão pública, a educação e a lutar pela retomada social e econômica do país.

Propostas para o Brasil voltar a crescer



Reformas Estruturais





REFORMA ADMINISTRATIVA

Um dos pilares de uma democracia estável é a existência de uma burocracia eficiente, profissional e focada em prestação de serviço público de qualidade para o cidadão. O Brasil precisa urgentemente de uma reforma Administrativa para valorizar os bons servidores públicos e acabar com os incentivos deturpados que transformaram a burocracia num feudo do corporativismo que presta serviço público de péssima qualidade para a população, cria empecilhos para a economia crescer e inovar e contribui para a insegurança jurídica do País.

É impossível ter serviço público de qualidade sem a existência de um sistema de remuneração justa, avaliação criteriosa de desempenho por resultado dos servidores e um plano de carreira que meritocrático.

A reforma Administrativa possibilitará o aumento da produtividade da máquina pública como um todo, remodelando as carreiras do serviço público, modernizando o Estado e entregando serviços de maior qualidade para a população.



REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil conta com mais de 90 impostos, taxas e tributos diferentes. Discute potenciais reformas tributárias há mais de 30 anos e ocupa o 184º lugar entre os 190 piores países do mundo para pagar impostos, de acordo com o Doing Business 2020 (estudo do World Bank).

Diferente de outros 168 países que adotam apenas um tributo para o consumo, o Brasil adota cinco – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Eles são regulados pela União, pelos 27 estados e 5.570 municípios.

É urgente reformarmos o sistema tributário para que o Brasil possa retomar o aumento de produtividade, estimular o crescimento econômico e melhorar a competitividade do País nos mercados globais.

Combate às desigualdades





RENDA BÁSICA

A pandemia aumentou novamente a desigualdade social num dos países mais desiguais do mundo. A preservação da renda da parcela mais pobre da população tornou-se urgente para garantir o bem-estar social dos mais necessitados.

Tendo em vista, ainda, a grande necessidade de mudar a trajetória da dívida pública rumo à sua estabilização no médio prazo, é possível discutir como, de fato, melhorar nossos atuais programas sociais antes de expandi-los. Desse modo, defende-se as seguintes mudanças:

Para o Bolsa família, defende-se criar uma renda mínima para o benefício, de cerca de R\$ 110 mensais (1/12 da renda média nacional), com uma dedução de 50% a cada 1 real recebido pela família. Adicionalmente, o programa seria mantido por 10 meses após um morador do domicílio se empregar formalmente (tirando a família da condição necessária para o recebimento do benefício), com seus benefícios reduzidos à metade. O retorno automático também deve ser garantido no caso deste membro perder seu trabalho.

Já o Abono Salarial e o Salário Família, cujo público são trabalhadores formais de baixo rendimento, podem ser unificados, e focalizados sobre empregados com salário inferior a 1.5 salários mínimos. Pode-se, com isso, ser eliminada da exigência de 5 anos no cadastro do PIS/PASEP, e aumentar o valor do benefício a 3 salários mínimos ponderados por uma alíquota decrescente em relação ao salário do trabalhador.

Já o Seguro Desemprego pode ser unificado com o FGTS, de modo a criar uma proteção robusta a todos trabalhadores formais. Com uma alíquota sobre o salário (pago pelo empregador), podem ser realizados complementos do Estado a trabalhadores de baixa renda, com valores decrescentes em relação aos salários recebidos durante o emprego.

Tais mudanças vão no sentido de melhorar focalização, fazendo os recursos chegarem mais a quem mais precisa, promover unificação, reduzindo a gama de programas, a fim de evitar sobreposições e simplificar o sistema de proteção social e, por fim, incentivar a inclusão produtiva e evitar o desincentivo à formalização.



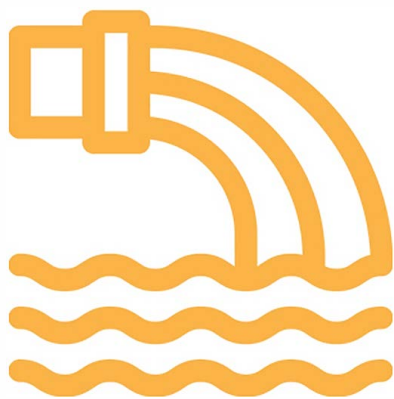
EDUCAÇÃO

Estão em curso discussões importantes para fazer avançar a educação básica brasileira que exigem máxima atenção, pois definirão as oportunidades dadas a milhões de crianças e jovens.

Em uma federação de dimensões continentais como o Brasil, a articulação entre União, estados e municípios é fundamental para o êxito das políticas públicas na área da educação. Esta é a premissa do Sistema Nacional de Educação (SNE), que define as normas e atribuições para cada ente federativo na oferta da educação, assegurando uma trajetória escolar contínua aos estudantes brasileiros.

Crescimento sustentável





INFRAESTRUTURA

A infraestrutura pode ser o alicerce para o Brasil reconstruir a economia pós-covid-19. A pandemia expôs a necessidade de investimento em áreas essenciais, como saneamento básico, energia elétrica e ferrovias.

Há uma série de projetos de lei (PL) próximos de serem votados no Congresso Nacional que abrem caminho para concessões, entre eles, o PL 232/16, que estabelece o novo marco regulatório do setor elétrico, que prevê a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica; o PL 261/2018, que permite à iniciativa privada a construção e operação das suas ferrovias por autorização federal precedida de chamada pública; e o PL 6407/2013, que prevê a abertura do mercado do gás, fonte vital de energia 'barata' do pré-sal.

No entanto, os investimentos só serão viáveis e só virão em grande escala se o país criar condições regulatórias e aprovar normas que levem mais segurança jurídica para investidores, fomentando o desenvolvimento do Brasil.

Aprovado pelo Senado Federal em votação histórica, por 65 votos a 13, o Novo Marco do Saneamento vai ter implicações imediatas sobre a saúde da população, além de dar mais segurança jurídica aos investidores e estabelecer metas de qualidade e cobertura dos serviços, ajudando a economia a crescer e a gerar empregos. Agora, entramos na segunda fase do projeto: de monitorarmos a regulamentação da lei a sua implementação.

Atualmente, 100 milhões de brasileiros não têm a coleta de esgoto e 34 milhões estão sem água tratada. Além de salvar vidas, o programa de universalização do saneamento básico vai gerar mais de 600 bilhões de reais em investimento privado e mais de 700 mil empregos.

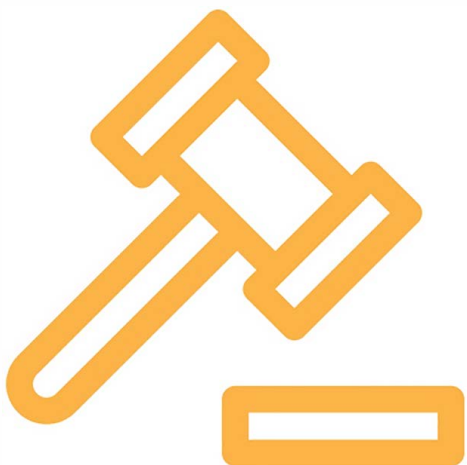


MEIO AMBIENTE

Uma nova agenda no meio ambiente é essencial para atrair investimentos estrangeiros para o país. É preciso fortalecer os órgãos de controle e fiscalização das florestas, evitando assim problemas para as exportações do agronegócio brasileiro, barradas em retaliação aos danos causados no meio ambiente por uma exploração irresponsável dos recursos naturais.

Além disso, é de interesse de toda a sociedade brasileira que o desenvolvimento socioeconômico ocorra cada vez mais sobre bases sustentáveis, avançando o mínimo possível sobre as nossas florestas e demais tipos de vegetação nativa.

O Brasil precisa se comprometer com metas concretas e prazos claros para implementar medidas institucionais de proteção ambiental, combate ao desmatamento e políticas de incentivo para restabelecer os biomas das áreas desmatadas. As medidas ambientais de curto prazo precisam contemplar um tripé de medidas: tecnologia, incentivos econômicos e regularização fundiária.



SEGURANÇA JURÍDICA

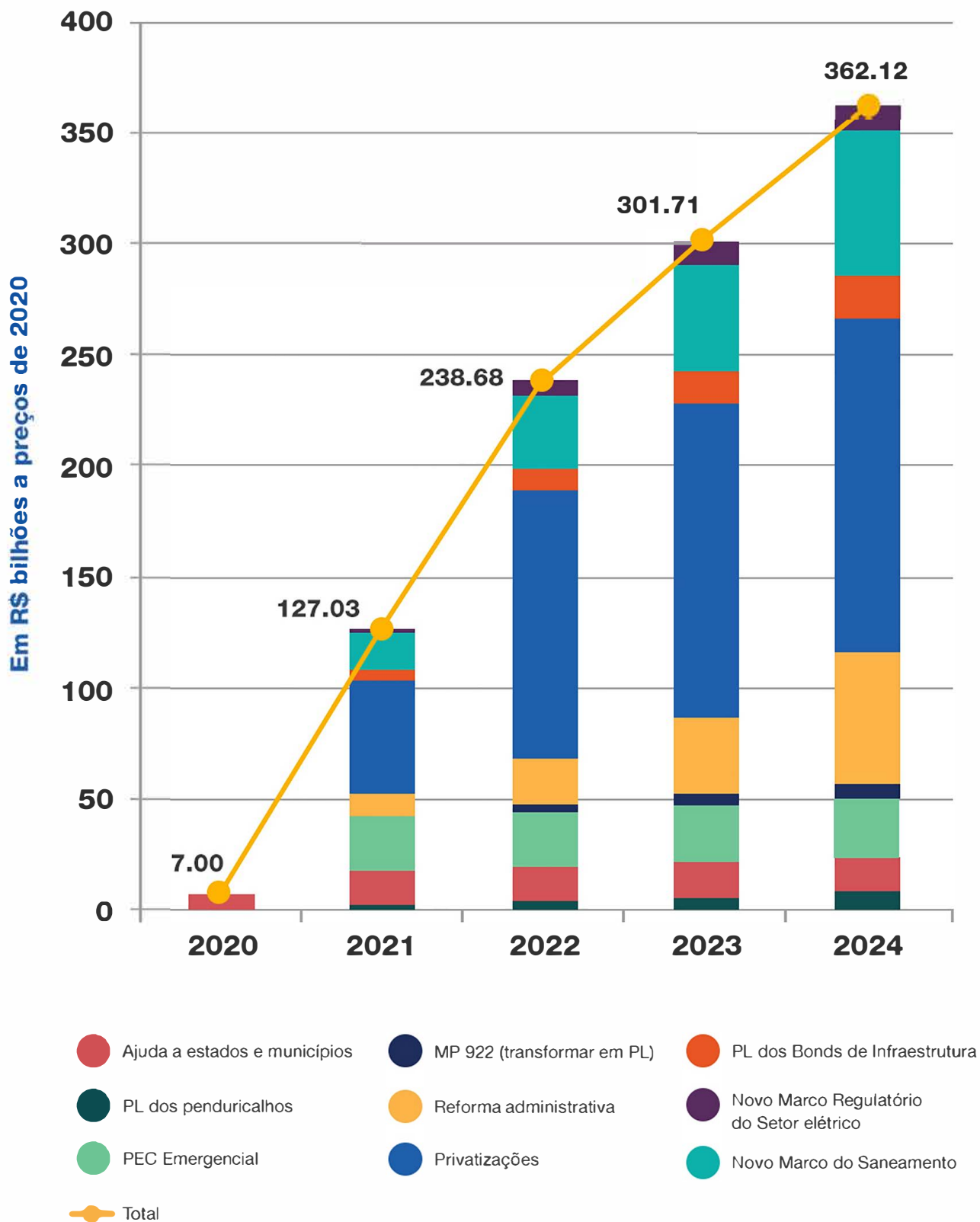
Todas as pautas anteriores são essenciais para que o país possa promover a estabilidade social e econômica a longo prazo, oferecendo mais tranquilidade para investidores e fomentando o desenvolvimento do Brasil.

Ao mesmo tempo, também destacamos duas medidas que são monitoradas que podem reforçar esse cenário positivo: o PL 4888/2019, em relação à Governança da Ordenação Pública Econômica, atualmente aguardando apreciação de comissões; e a Lei de Improbidade Administrativa (PL 10887/2018), que traz atualizações na legislação.

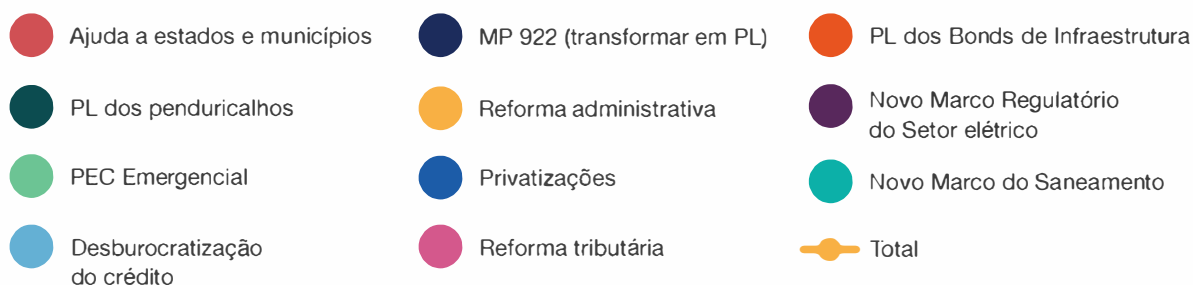
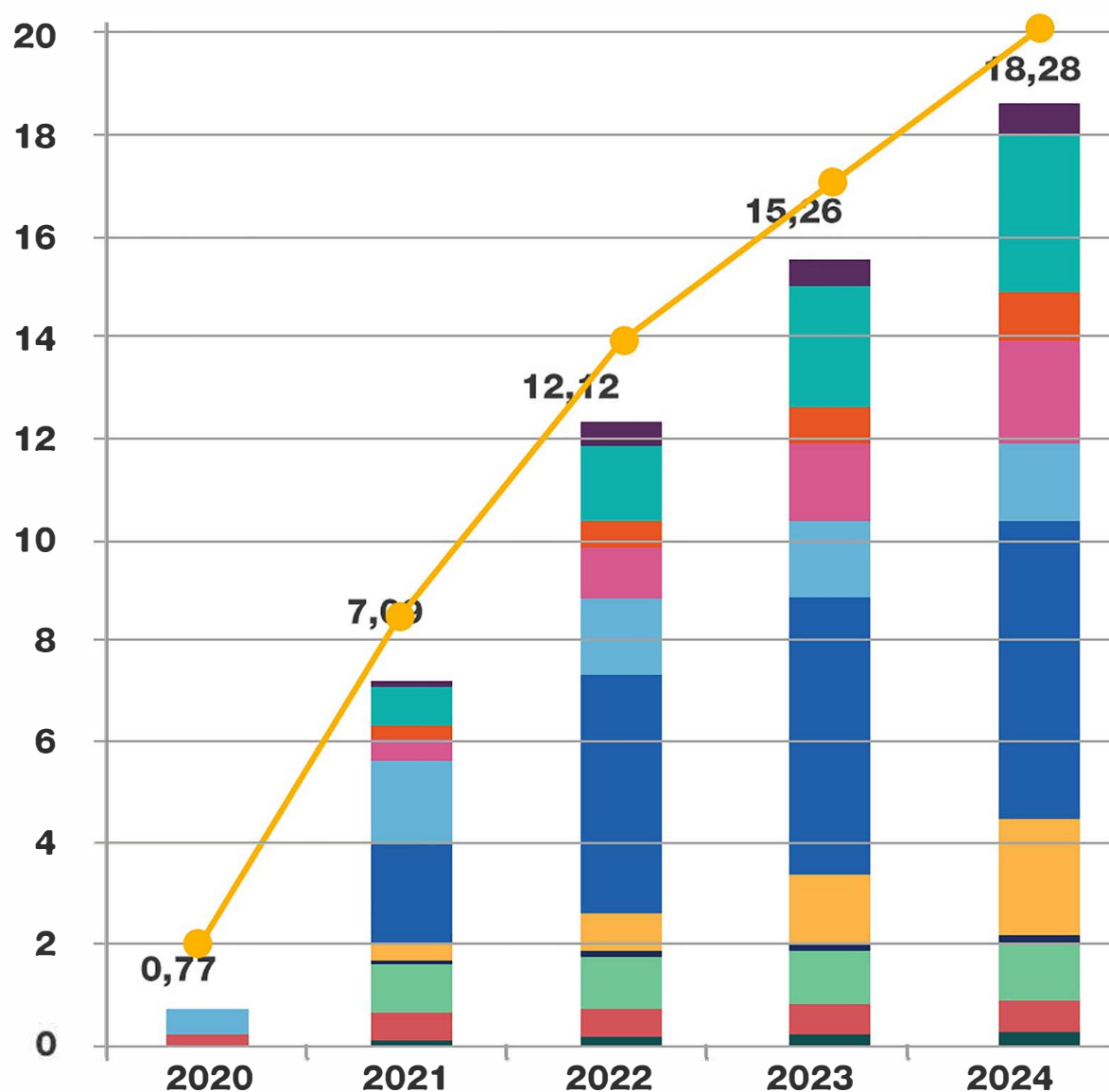
Impacto das propostas



ECONOMIA ACUMULADA DAS REFORMAS



IMPACTO SOBRE O PIB (EM %)



Fique de Olho!

Neste quadro, estão compiladas 28 (vinte e oito) matérias e pautas relevantes, sendo essenciais para a retomada do Brasil. Assim, é possível entender quais são os objetivos de cada uma e seus status no Congresso Nacional.

Elas estão divididas em:

- **Reformas**
- **Combate à desigualdade**
- **Crescimento Sustentável**



REFORMAS

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
MP922 (buscar torná-la em um PL)	A MP 922 expande o número de casos para os quais é permitido ao Governo Federal fazer contratações sem o uso de concurso público e permite flexibilidade nas contratações e a recontração de funcionários públicos aposentados em situações de aumento da demanda de órgãos do setor público.	Pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, ainda sem relator designado.
PLP nº 409/2014	Instituir responsabilidades de mensuração e publicização de resultados, bem como sua pactuação com órgão central de governo.	Aguardando Parecer do Relator, Dep. Tiago Mitraud (Novo/MG), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.
PL nº 10887/2018	Trazer mais tipificações e detalhamentos para facilitar desligamento por má conduta.	Aguardando Parecer do Relator, Dep. Carlos Zarattini (PT/SP), na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 10887, de 2018.
PL nº 6726/2016	Retirar privilégios de setores específicos (exemplo: férias de 60 dias para membros do poder judiciário e MP) e instituir teto salarial (aqui, dialogando com a proposta já aprovada no Senado).	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA da Câmara dos Deputados. Relatório do Dep. Rubens Bueno (Cidadania/PR) foi apresentado em comissão especial da Câmara em 26/11/2018 (legislatura passada).

REFORMAS

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
PL nº 116/2017	Regulamentar a presença do tema na Constituição, tornando-o aplicável e relacionado ao desligamento de servidores efetivos e temporários, com a devida segurança.	Parecer aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal em 10/07/2019 e aguarda deliberação no Plenário da Casa.
PEC nº 45/19	Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providência.	Aguardando aprovação de Relatório por votação simples na Comissão Especial.
PEC nº 110/19	Estabelece reforma tributária, para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).	Aguardando deliberação do Parecer de Relatório por votação simples na CCJ do Senado.
Extinção do FAT e reformulação do FGTS	Extingue o Fundo de Amparo ao Trabalhador (sem acabar com os programas que financia) e reforma o FGTS	
PL da Autonomia do Banco Central (PLP nº 19/2019)	Dá mandatos fixos a diretores e presidentes do Bacen, com sua demissão não podendo ocorrer por ordem unilateral do presidente.	Pronto para deliberação no Plenário do Senado Federal. Projeto foi incluído na ordem do dia em março de 2020, porém ainda não foi deliberado. O PL foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 18/02/2020.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
PL nº 4162/19	Promove licitações com competição ampla e comprometimento com metas claras. Com tal legislação, será possível avançar rapidamente no saneamento e gerar grandes ganhos de bem estar e saúde no país. Além disso, o programa de universalização do saneamento vai gerar mais de 600 bilhões de reais em investimento privado e mais de 700 mil empregos, impulsionando o investimento privado, ajudando a economia crescer e a gerar empregos	Aprovado no Congresso, sujeito a sanção presidencial e regulamentação.
Lei das Debêntures (PL nº 2646/20)	Permite a criação de bonds no exterior, de modo a aumentar os canais de financiamento para obras de infraestrutura.	Ainda não teve movimentação desde a sua apresentação em 14/05/2020. Aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.
PEC Emergencial (PEC nº 186/2019)	Aciona diversos gatilhos para reduzir gastos obrigatórios quando metas fiscais não forem cumpridas.	A proposta aguarda deliberação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. O parecer do relator, Senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR), foi apresentado e é favorável à aprovação da PEC

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
Lei de Governança da Ordenação Pública Econômica (PL nº 4888/19)	Padroniza as regras e regulações do país com as do OCDE, harmonizando-as com estados e municípios	O projeto aguarda parecer do Relator, Dep. Guiga Peixoto (PSL-SP), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados.
Lei do Gás (PL nº 6407/2013)	Abrir o mercado do gás, fonte vital de energia “barata” do pré-sal	Projeto aprovado na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados em 23/10/2019 e aguarda parecer na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), cujo relator é o Dep. Laercio Oliveira (PP-SE).
Lei da Partilha (PL nº 3178/2019)	Revoga o direito de preferência para a Petrobras nas licitações no regime de partilha de produção, incentivando o aumento de investimentos privados.	Projeto está na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal. O relator, Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG), apresentou parecer favorável à aprovação da matéria.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
Lei do GSF (PL nº 3975/2019)	Promove solução para o risco hidrológico.	Projeto está pronto para entrar na pauta do Plenário do Senado Federal desde 12/03/2020. Texto original (PLS 209/2015) foi aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados com emendas (razão pela qual mudou de numeração).
PL 6093/2019	Dispõe sobre a instituição do documento único de transporte - DT-e.	Matéria com a Relatoria da Comissão de Viação e Transportes (CVT)
PL 3729/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Pronta para Pauta no Plenário da Câmara dos Deputados; Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 261/2018	Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestrutura de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.	Matéria com a relatoria na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
PL 232/16 - Novo marco Setor Elétrico	Dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica	Senado
PL 3337/2019	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", na seção dos crimes contra a flora - (Desmatamento Ilegal Zero).	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 2942/2019 (PLS 458/2018)	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.	Pronta para Pauta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

COMBATE À DESIGUALDADE

Matérias	Breve descrição	Status no Congresso
Proposta PEC	Estabelece o Novo Seguro Social, instituindo renda básica universal a partir da integração de despesas; regra de ouro para o combate à pobreza; novo princípio no direito do trabalho; novo contrato de trabalho; regras de contratação favorecidas para trabalhadores vulneráveis; e encerrando a unicidade sindical.	Em construção Dep. Kim Kataguiri
PLP 25/2019	Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas políticas, programas e ações educacionais, em regime de colaboração.	Relator definido na Comissão de Educação
PLP 235/2019	Institui o Sistema Nacional de Educação	Matéria na relatoria da Comissão de Educação



**UNIDOS
PELO
BRASIL**